

## A invisibilidade das minorias religiosas em escolas públicas do Sistema Estadual na região de Londrina – Paraná (2016)\*

Fabio Lanza<sup>1</sup>

Vinicius dos Santos Moreno Bustos<sup>2</sup>

Lucas Luís Jesus da Silva<sup>3</sup>

Luís Gustavo Patrocino<sup>4</sup>

### Resumo

Este artigo analisa, a partir da autodeclaração dos estudantes, como são as relações entre as diferentes identidades religiosas e quais estão no ambiente escolar. A problemática investigada visou perceber qual é a compreensão dos sujeitos (estudantes do Ensino Médio) sobre o exercício da cidadania e a sua relação com o Estado Laico. A partir das atividades de extensão e pesquisa do Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades (LERR-UEL) em parceria com o Observatório da Educação (OBEDUC CAPES) Ciências Sociais UEL, foi realizada uma pesquisa por meio de instrumento quantitativo de levantamento de dados – *survey*, aplicada em cinco colégios da rede estadual de Londrina, com uma amostra exploratória final de 326 questionários respondidos pelos os alunos, no segundo semestre de 2016. Como resultados, identificamos entre os sujeitos uma majoritária autodeclaração de adesão cristã, mas podemos observar que o maior número de casos de violência e intolerância religiosa está no ambiente escolar e em segundo lugar nas redes sociais, o que permite inferir que a ausência de declaração e a invisibilidade das minorias religiosas revelam-se como uma estratégia de autoproteção. De acordo com os dados analisados e as perspectivas

---

\* Trabalho produzido pela equipe do LERR/UEL, apresentado no VI Seminário Internacional Práticas Religiosas no Mundo contemporâneo (2017) e no VII Simpósio Estadual de Formação de Professores de Sociologia do Paraná, reelaborado e acrescido para esta publicação.

<sup>1</sup> Professor Adjunto do Departamento e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina. Coordenador do Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades e integrante da equipe do Programa OBEDUC/CAPES – “Observatório da Educação – Ciências Sociais CAPES UEL PR”. E-mail: [lanza1975@gmail.com](mailto:lanza1975@gmail.com).

<sup>2</sup> Graduando do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina. Bolsista PROIC pelo CNPq. Colaborador do Programa OBEDUC/CAPES – “Observatório da Educação – Ciências Sociais/CAPES UEL” e do Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades (LERR-UEL). E-mail: [vini\\_bustos@hotmail.com](mailto:vini_bustos@hotmail.com).

<sup>3</sup> Graduando do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina. Bolsista PROIC pela Fundação Araucária. Colaborador do Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades (LERR-UEL). E-mail: [lucas\\_1\\_dj@hotmail.com](mailto:lucas_1_dj@hotmail.com).

<sup>4</sup> Mestre e licenciado em Ciências Sociais, Especialista em Estatística pela Universidade Estadual de Londrina. Pesquisador e bolsista do Programa OBEDUC/CAPES “Observatório da Educação – Ciências Sociais/Uel” e do Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades da UEL. E-mail: [patrocinolg@hotmail.com](mailto:patrocinolg@hotmail.com).

apresentadas, o ambiente das instituições de ensino públicas investigadas é reprodutor de violência, pois os dados apontam o maior índice de intolerância religiosa registrado.

Palavras-chave: 1. Sociologia das Religiões; 2. Laicidade; 3. Religiões; 4. Educação pública – Ensino Médio; 5. Intolerância religiosa.

#### **Abstract:**

*The invisibility of religious minorities in the public education system in the region of Londrina – Paraná (2016)*

This article analyzes, from the self-declaration of the students, how are the relations between the different religious identities and what they are in the school environment. The problem investigated was to understand the subjects (high school students) about the exercise of citizenship and its relationship with the Laic State. From the extension and research activities of the Laboratório de Estudos Sobre Religiões e Religiosidades at the Universidade Estadual de Londrina (LERR-UEL) in partnership with the Observatório da Educação Ciências Sociais UEL (OBEDUC CAPES), a survey was carried out by means of a quantitative survey instrument – which was applied in five with a final exploratory sample of 326 questionnaires answered by the students in the second semester of 2016. As results, we identified among the subjects a major self-declaration of Christian adherence, but we can observe that the largest number of cases of violence and religious intolerance are in the school environment and secondly in social networks, which allows to infer that the absence of declaration and the invisibility of religious minorities are revealed as a strategy of self-protection. According to the data analyzed and the perspectives presented, the environment of the public educational institutions investigated is a breeder of violence, since the data indicate the highest index of registered religious intolerance

**Keywords:** 1. Sociology of Religions; 2. Laicity; 3. Religions; 4. Public education - High school; 5. Religious intolerance.

#### **Introdução**

O Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades/LERR associado com o Programa Observatório da Educação OBEDUC/CAPES em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina (PR) desenvolveu, ao longo de 2016, a pesquisa apresentada a seguir em cinco colégios públicos estaduais na cidade e na região metropolitana londrinense do norte do estado do Paraná.

A emergência de discursos religiosos fundamentalistas no mundo e na sociedade brasileira suscita investigações que tratem de temas relacionados e que estejam na agenda nacional. A participação cada vez maior de representantes políticos vinculados a determinados grupos e organizações religiosas reflete, junto

à sociedade e ao Estado brasileiros, em conflitos e polêmicas que decorrem da inter-relação entre a adesão-religiosa privada e a participação na esfera pública e coletiva.

O debate sobre o processo de constituição da laicidade no Brasil e seus temas correlatos, vinculados às políticas públicas, seja na área da educação, seguridade social, segurança, imigração, dentre outras, tornou-se necessário e relevante, de forma distinta do que ocorreu nas últimas três décadas, desde a Constituição Federal de 1988.

O acirramento dos debates e polêmicas acerca do Estado Laico e a Educação passou a ser incrementado pela consolidação de um cenário religioso com maior concorrência entre as organizações participantes. A partir da década de 1970 e da expansão do grupo neopentecostal, com maior destaque à Igreja Universal do Reino de Deus, ocorreu no Brasil uma série de incrementos nessa esteira, caracterizada pela Teologia da Prosperidade, difusão da Batalha Espiritual e a demonização de grupos religiosos minoritários (como, por exemplo, os vinculados à matriz africana). Ações e cenas de intolerância e violência religiosa se espalham e constituem o cotidiano social e escolar no século XXI no Brasil.

A partir do contexto histórico e da conjuntura atual, problematizamos: Qual o perfil religioso dos estudantes do Ensino Médio Público? Como é autodeclarada ou não sua adesão religiosa? Coube-nos investigar como os estudantes religiosos caracterizam sua relação com a esfera pública do ambiente escolar e quais as diferentes perspectivas devocionais. Dessa forma, essas percepções dos sujeitos expressam, também, se há ou não conhecimento do conceito de Estado Laico no Brasil.

Então nosso principal objetivo é identificar, por meio da pesquisa exploratória com o uso de questionário (*survey*) a partir de 326 amostras oriundas de 5 colégios públicos estaduais em Londrina e região, como os estudantes/sujeitos compreendem a concepção de laicidade brasileira e sua relação com os outros grupos religiosos no ambiente escolar. Em nossas hipóteses, acreditamos que há uma invisibilidade das minorias religiosas no ambiente escolar como estratégia de

proteção dos atos de violências e de intolerância religiosa, decorrentes também da ausência de conhecimento dos sujeitos acerca da definição de Estado Laico e da adoção de princípios de coexistência e respeito às diferentes identidades religiosas.

### **A religião cristã e sua influência para a formação da sociedade brasileira**

Para melhor compreendermos os assuntos que serão abordados, é importante ressaltar o período histórico colonial, pois é uma peça fundamental para entender a conjuntura contemporânea das religiões no espaço público e suas manifestações culturais e religiosas na esfera privada. Os fatos históricos comprovaram tal afirmação, no início da sociedade brasileira, foi notável a influência da religião de matriz Cristã, especificamente a vertente Católica Apostólica Romana dentro das fronteiras territoriais da futura nação brasileira.

O Catolicismo Apostólico Romano está presente desde o século XVI no processo colonial brasileiro. Lembremos que determinados fatos históricos a seguir dizem respeito à expansão colonial e a seu entrelaçamento entre política e religião, da interdependência à conexão da Igreja Católica ao Estado.

Notamos com nitidez a influência da Igreja Católica para a formação do Estado brasileiro durante a colonização. Conseguimos observar tal acontecimento nos documentos históricos apresentados por Hoornaert. Havia um roteiro de colonização que constituía um projeto ou plano de governo com três características específicas.

No preâmbulo do regimento o rei estabelece as razões do projeto colonizador de Portugal: Em primeiro lugar “o serviço de Deus e exalçamento de nossa santa fé”; em segundo, “o serviço, meu e proveito dos meus reinos e senhorios”. Por último, “o enobrecimento das capitanias e povoações das terras do Brasil, e proveito dos naturais delas” Essas preocupações religiosas manifestam-se no próprio texto documento, que consta de 48 parágrafos com normas e instruções de governo (HOORNAERT, 1983, p. 165).

Diante da conjuntura histórica dos fenômenos políticos constatados, podemos dizer que existia uma junção entre a Igreja e o Estado no Brasil colonial. Para efetivar esse projeto, a Coroa Portuguesa utilizava o mecanismo de evangelização – conquistas de novos povos para o catolicismo, o que pode ser comprovado no documento a seguir:

Em carta dirigida a seu embaixador em Roma, dom Pedro Mascarenhas, datada de 4 de agosto de 1539, Dom João III mandou que fossem procurados e levados até ele os padres e jesuítas, com objetivo de iniciar a evangelização da colônia brasileira. Escreveu o rei: ‘O primeiro intento, como sabeis, foi sempre o crescimento de nossa fé católica [...] E porque agora eu fui informado, por carta de mestre Diogo de Gouvêa, que de Paris partirão certos clérigos letrados e homens de boa vida, os quais por serviços de Deus prometeram viver somente de esmolas dos fiéis cristãos a quem pregam por onde quer que andem e fazem muito fruto’ [...] Essas trocas de correspondência mostram, claramente, a relação entre a Igreja e o Estado, relação que foi denominado padroado, determinante para a colonização do Brasil tal como se deu (SANTOS, 2005, p. 21).

A Igreja Católica, porém, não influenciou unicamente o processo de evangelização dos indígenas, mas também as diferentes questões associadas à vida dos indivíduos no que tange aos aspectos da públicos e privados: “as preocupações iniciais do governo de Portugal visavam diretamente a dilatação das fronteiras da fé e do império (HOORNAERT, 1983, p. 164).

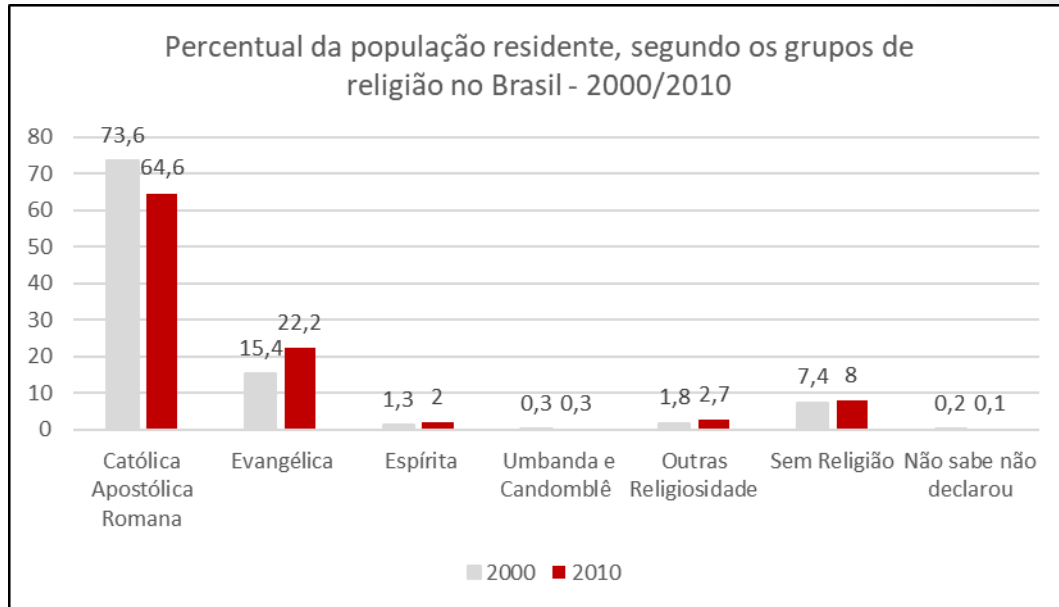
Levando em consideração esses elementos históricos, analisamos a Igreja Católica nessa época como predominante, a qual exercia uma enorme influência direcionada à sociedade que se constituía. As diferentes organizações católicas se apresentavam hegemônicas nesse período até a proclamação da República em 1889. Os elementos católicos estavam na vida cotidiana dos indivíduos e suas organizações participavam dos mais diversos tipos de serviços, inclusive na educação. Todo esse processo e os acontecimentos históricos podem ser explicados devido ao regime do Padroado Régio.

É a relação existente entre o discurso político monárquico e o discurso da hierarquia católica romana, em especial quanto ao conceito de infalibilidade política, legitimador do discurso de autoridade divina do monarca na Terra. Evidencia-se nessa relação a união entre Igreja e o Estado, característica do Padroado Régio brasileiro, que deve ser entendido como a união entre teologia e a política (MARTINS, 2011, p. 05).

Concluimos que tais fatos históricos influenciaram a construção da sociedade brasileira como a conhecemos atualmente. A religião Católica Apostólica Romana ainda é predominante como podemos observar na pesquisa do IBGE, que retrata uma análise quantitativa do percentual das identidades religiosas no Brasil:

Desde o primeiro recenseamento de âmbito nacional até a década de 1970, o perfil religioso da população brasileira manteve como aspecto principal a hegemonia da filiação à religião Católica Apostólica Romana, característica herdada do processo histórico de colonização do País e do atributo estabelecido de religião oficial do Estado até a Constituição da República de 1891 (IBGE, 2010, p. 89).

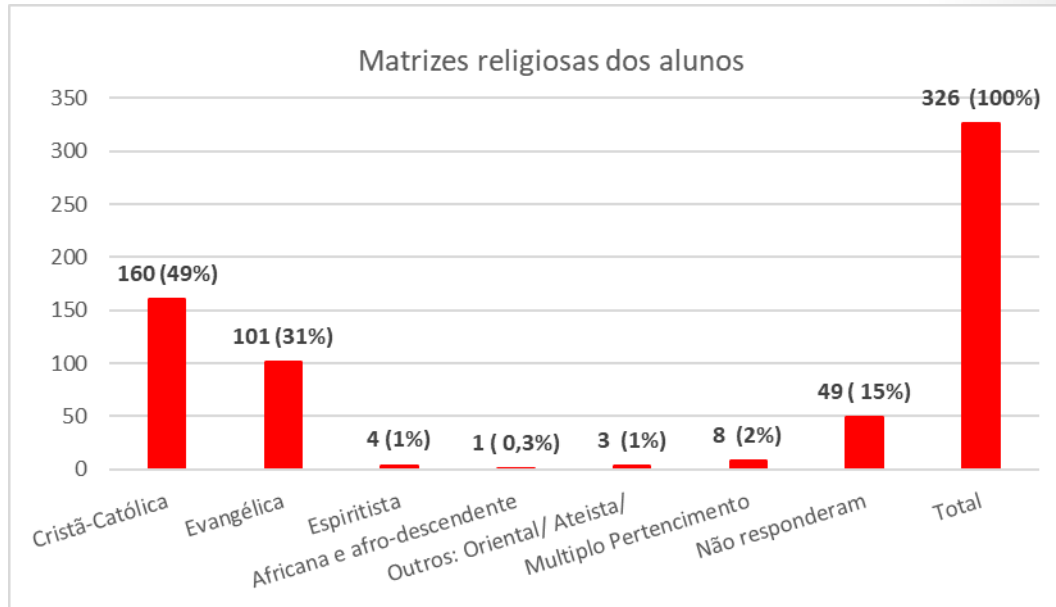
Essa predominância da Igreja Católica continuou nos anos seguintes, no período de 2000 até 2010, como podemos observar no quadro a seguir:



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000/2010.

Portanto, com base na análise quantitativa do IBGE e nos fatos históricos, observamos, no que tange aos aspectos religiosos, que a matriz Cristã é majoritária na vertente Católica Apostólica Romana. Esse dado se mantém até os dias atuais. As mesmas informações podem ser verificadas, em menor proporção, nas pesquisas<sup>5</sup> realizadas nas cinco Escolas Estaduais de Londrina, como demonstra o gráfico a seguir:

<sup>5</sup> A partir das atividades de extensão e pesquisa do Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades (LERR-Uel) em parceria com o OBEDUC CAPES Ciências Sociais UEL, foi realizada uma pesquisa por meio de instrumento quantitativo de levantamento de dados - survey, aplicada em cinco colégios da rede estadual de Londrina, com uma amostra exploratória final de 326 questionários respondidos pelos os alunos, no segundo semestre de 2016.



Fonte: dos autores

Partindo para a análise dos dados, pretendemos compreender o processo de invisibilidade religiosa expresso nos dois quadros apresentados anteriormente. Ressaltamos que os dados do IBGE são em escala nacional e que do segundo quadro estão restritos uma representação muito menor, construída no ambiente escolar de cinco instituições de ensino na cidade de Londrina.

Observando a sociedade brasileira, os dados evidenciam que ela se constitui majoritariamente cristã, porém retratar esse elemento como normalidade não é nosso intuito, já que vivemos em uma sociedade multirreligiosa e cultural atualmente.

O gráfico das matrizes religiosas dos alunos refere-se a questão nº 15.1 com base no produto final de 326 questionários. Observamos que 15% dos indivíduos não responderam, logo após temos as maiores matrizes, que são a Cristã-Católica e depois os Protestantes-Evangélicos. Os dados extraídos retratam as identidades religiosas predominantes no ambiente escolar, sendo visivelmente expressiva em comparação com outras religiões minoritárias. É relevante destacar que há alunos que se identificam pertencentes a múltiplas denominações religiosas, em um total de 8 indivíduos.



Observamos também um crescente número no que diz respeito às denominações religiosas Protestantes-Evangélicas. O posto predominante ainda é da religião Católica Apostólica Romana. Entretanto, não cabe a este trabalho fazer uma análise comparativa dos dados, mas compreender a questão cultural-religiosa atualmente na sociedade brasileira.

Os dados, mostram perfis religiosos diferenciados no produto final: diversas identidades religiosas, constituídas em espaços micro-sociais, nesse caso, especificamente no ambiente escolar.

Voltando a falar dos que optaram por indicar sobre sua adesão religiosa, cerca de 15% (49 indivíduos) não responderam. Poderíamos problematizar: Qual o elemento motivador para a não resposta desses indivíduos? O entrevistado poderia assinalar sim ou não se pertencesse a alguma religião e, uma vez marcado sim, por que não citar sua religião? Pertenceriam a religiões minoritárias e, por um processo de estigmatização, acabam decidindo não declarar? Talvez esse seja um dado que poderá dar fruto para uma investigação futura.

Como proposta futura nos sentimos instigados a entender o processo de invisibilidade religiosa no ambiente escolar. Segundo as perspectivas das ciências sociais, é necessário realizar um aprofundamento teórico para debater e compreender o fenômeno da invisibilidade religiosa e como ela ocorre dentro das instituições de ensino. Em um segundo momento pretende-se executar uma pesquisa qualitativa com o objetivo de descobrir quem são esses indivíduos que não identificam suas adesões religiosas no ambiente escolar.

### **O ambiente escolar como reprodutor da violência e intolerância religiosa**

Durante a construção da sociedade brasileira, surgiram elementos que contribuíram para a formação de uma sociedade plural. Nesse sentido a diversidade cultural no presente é resquício de uma sociedade miscigenada no passado. Evidentemente, não podemos esquecer do sistema escravocrata e do patriarcalismo que foram preponderantes no processo de formação da sociedade brasileira, pois, a pluralidade sociocultural também está associada à violência e aos processos de

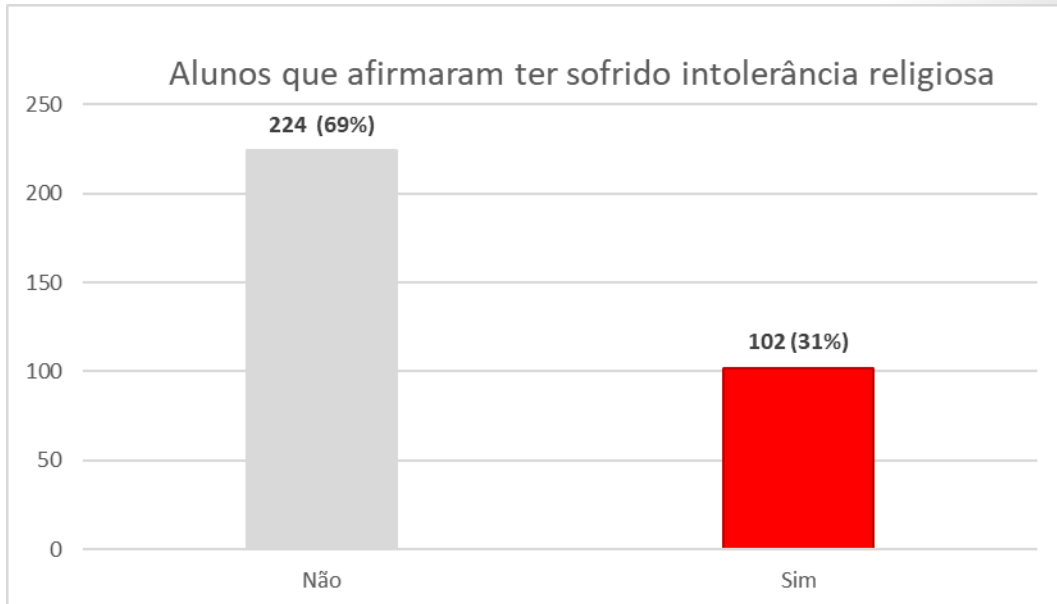
desigualdade socioeconômica e cultural que atingiram principalmente os africanos e indígenas envolvidos no processo histórico.

Como nosso trabalho está na área da sociologia das religiões e nosso campo de pesquisa atualmente relaciona-se ao ambiente escolar, obtivemos dados sobre intolerância e tolerância religiosa no anterior das instituições de ensino.

Para analisar esses dados, primeiro pretendemos expor os conceitos de intolerância e tolerância religiosa. Para a Professora Elisa Rodrigues, “intolerância é reação à diversidade, que se combate, muitas vezes, por meio da violência: a maximização do discurso intolerante”. Por outro lado,

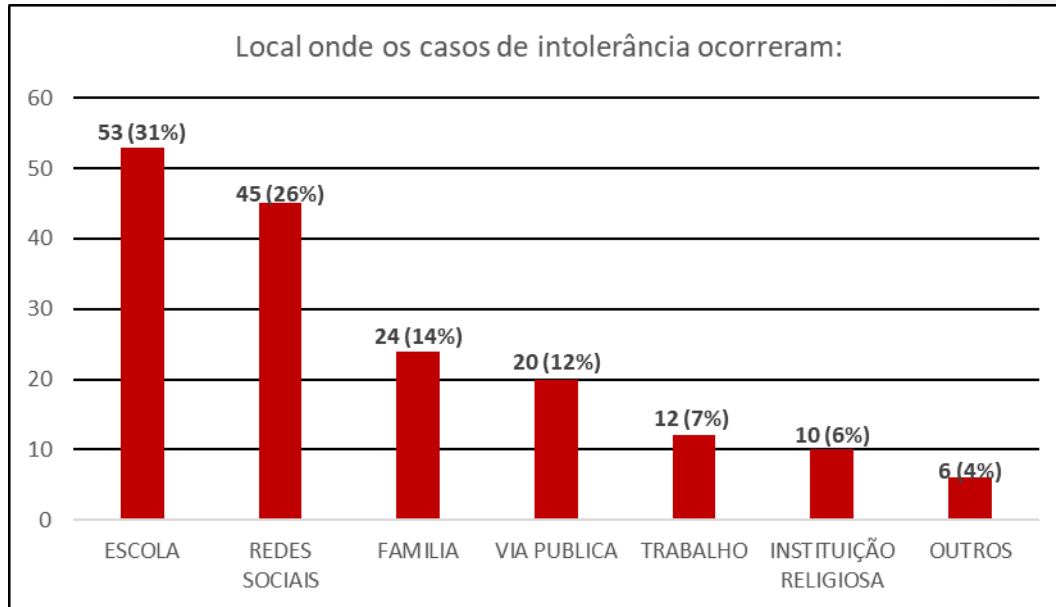
Tolerância corresponde à conduta de abstenção de “agir contra o que reprovamos” (Blackburn, 1997, p. 390), de respeitar o que se constitui diferentemente de nós, de assumir as assimetrias dos pontos de vista étnico-cultural e ou ideológicos e, tentar compreender a diferença nos termos mesmos do outro, ou seja, pela sua perspectiva, sem objetificá-lo ou subsumi-lo (RODRIGUES, 2013, p. 213).

Nesse sentido iremos apresentar algumas questões da pesquisa que giram em torno dessa discussão sobre intolerância religiosa. A primeira questão é: “Você já sofreu ou vivenciou algum caso de intolerância religiosa? Sim ou Não”.



Fonte: dos autores

Os dados apresentados são resultados dos 326 questionários. Observamos, que há intolerância religiosa. Porém levantamos uma outra pergunta: onde ocorre intolerância religiosas? Então entramos na segunda questão específica que trata do ambiente, o local onde os sujeitos sofreram ou presenciaram atos de violência e intolerância religiosa: “Se sim, que tipo de violência? Comente brevemente o ato e o local onde ocorreu; Marque mais de uma opção, se necessário”:



Fonte: dos autores

O gráfico mostra que o maior índice de intolerância está no ambiente escolar, com 31% dos casos. Em segundo lugar vêm as redes sociais. De acordo com os dados analisados e as perspectivas apresentadas, foi identificado que as instituições de ensino públicas pesquisadas são reprodutoras de violência, pois os dados apontam-nas como o lugar de maior índice de intolerância religiosa registrados.

Quanto aos casos nas redes sociais, talvez a reflexão fique à luz de algumas questões que a rede social nos proporciona, por exemplo, “liberdade de expressão” e “internet, terra sem lei”. Por causa dessas interpretações, os indivíduos tendem a achar-se no direito de “julgar” culturas e religiões que não fazem parte do seu meio, praticando atos de intolerância religiosa, via internet. Entretanto a Constituição nos garante a punição aqueles que praticarem atos preconceituosos, como preveem os artigos 1º e 20º da Lei nº.7.716, de 5 de janeiro de 1989:

Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.(...)

Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

§ 2º Se qualquer dos crimes previstos no *caput* é cometido por intermédio dos meios de comunicação social ou publicação de qualquer natureza (BRASIL, Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989)

Consideramos que os números de casos nas escolas são expressivos. A pergunta importante, neste momento, é descobrir quem são esses sujeitos que sofreram violência, intolerância religiosa, quais são os perfis religiosos, os tipos de violência que sofreram, se física ou simbólica.

### **Laicidade e Estado laico**

Nós que trabalhamos no campo de estudos sobre as religiões, sempre nos encontramos no debate sobre representatividade e liberdade religiosa tendo em vista a sociedade democrática moderna. Para isso, é importante começar utilizando fundamentos teóricos que irão sustentar essa perspectiva.

O conceito fundamental a ser apresentado é o de Laicidade, base primordial para compreender o debate sobre as questões de representatividade. A princípio pretendemos utilizar a perspectiva de laicidade. Segundo Marília de Franceschi Neto, esse princípio

é, ao mesmo tempo, o de afastamento da religião do domínio político e administrativo do Estado, e do respeito ao direito de cada cidadão de ter ou não ter uma convicção religiosa e de professá-la. Tem como ideal a igualdade na diversidade, o respeito às particularidades e a exclusão dos antagonismos (DOMINGOS, 2009, p. 50).

Nesse sentido, pautado na legislação, um Estado Laico prevê liberdade e direito de manifestação religiosa – não exclui ou persegue as religiões e religiosidades – apenas cria-se uma discricionariedade entre o que é do âmbito religioso e o que é da organização do Estado nas diferentes instâncias administrativas.

Esta separação entre Igreja e Estado é que garante a “pacificação” entre as diversas crenças religiosas, uma vez que não privilegia nenhuma delas. Assim, podemos apontar três características contidas no princípio da laicidade: a

neutralidade do estado, a liberdade religiosa e o respeito ao pluralismo (DOMINGOS, 2009, p. 51).

#### Segundo Ranquetat Jr, a perspectiva de laicidade

Sucintamente pode ser compreendida como a exclusão ou ausência da religião da esfera pública. A laicidade implica a neutralidade do Estado em matéria religiosa. Esta neutralidade apresenta dois sentidos diferentes, o primeiro já destacado acima: exclusão da religião do Estado e da esfera pública. Pode-se falar, então, de neutralidade-exclusão. O segundo sentido refere-se à imparcialidade do Estado com respeito às religiões, o que resulta na necessidade do Estado em tratar com igualdade as religiões [...] A laicidade não se confunde com a liberdade religiosa, o pluralismo e a tolerância. Estas são consequências, resultados da laicidade (RANQUETAT JR, 2008, p. 05).

A laicidade é compreendida como uma estratégia definidora dos papéis entre Estado e organizações religiosas no Brasil. Em outras palavras, está previsto que as religiões não estabeleçam aliança com fins próprio junto ao Estado, pois a laicidade tem o objetivo principal de delimitar na arena política o que diz respeito à matéria religiosa e, por consequência, conseguir que todas religiões tenham direito a manifestar-se na vida privada dentro da sociedade. Quanto a isso,

A neutralidade face a todas as crenças ou opiniões diz respeito à igualdade de tratamento que deve ser dada aos cidadãos: todos devem ser iguais perante a lei, no que concerne aos direitos e deveres. É esse princípio da neutralidade que permite o acesso de todos aos serviços públicos (DOMINGOS, 2009, p. 52).

Não há, porém, uma exclusão das religiões, há uma separação, pois, a neutralidade é base principal, que contribui para que haja uma sociedade democrática. A imparcialidade do Estado possibilita que a representatividade exista e que todos os sujeitos com as diferentes adesões religiosas sejam representados democraticamente, possibilitando também, a coexistência religiosa. Segundo Elisa Rodrigues,

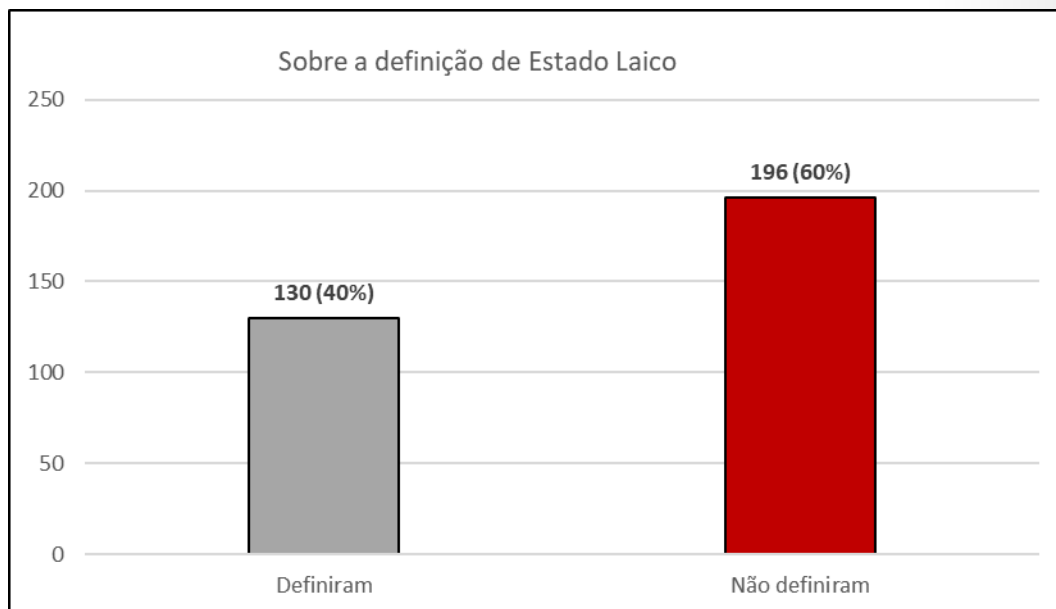
Uma sociedade democrática no sentido moderno deve admitir a coexistência de diferentes discursos em sua esfera pública. A arena de debates não se constitui a partir de discursos homogêneos, mas as regras do debate existem para que os diferentes posicionamentos possam ser apresentados e a discussão possa transcorrer dentro de uma referência de ordem. Por isso, o Estado é laico. Ele não é indiferente aos discursos que habitam a esfera pública, mas ocupa a posição de mediador e nessa função deve abster-se do uso de seus poderes em favor de um ou outro grupo. O oposto disso, isto é, a neutralização de um grupo religioso, de um partido, de uma agremiação qualquer somente pode ser acionada se em razão da defesa das garantias que o Estado concede aos cidadãos (RODRIGUES, 2013, p. 218).

A perspectiva de Estado laico é um exemplo dessa análise no campo da política. Levando em consideração os conceitos e fundamentos apresentados anteriormente sobre a noção de laicidade e Estado laico, pretendemos expor os dados quantitativos obtidos na pesquisa, seu objetivo é verificar os conhecimentos dos indivíduos sobre a definição de “Estado Laico”.<sup>6</sup> Eis as repostas:

---

<sup>6</sup> O que define um estado Laico?

- a) Estado laico é aquele onde diferentes religiões coexistem num mesmo país ou nação, deligados do poder político.
- b) Estado laico é quando o país não tolera manifestações religiosa no campo político.
- c) País ou nação que só permite oficialmente uma religião.
- d) Estado laico é todo Estado que tem base o ateísmo.
- e) Não sei definir um Estado laico.



Fonte: dos autores

Analisando os dados de acordo com a fundamentação teórica apresentada anteriormente, a resposta correta para a pergunta “O que define um estado Laico?” é a alternativa resposta com a letra (a): “Estado laico é aquele onde diferentes religiões coexistem num mesmo país ou nação, deligados do poder político”. Ao analisarmos este dado, evidenciamos que 60% de alunos que não conseguiram definir corretamente – este resultado demonstra um dado preocupante que nos faz levantar a seguinte hipótese: os casos de intolerância religiosa podem se agravar devido à falta de conhecimentos dos indivíduos acerca da compreensão do que é Estado Laico.

Compreendemos o Estado laico, enquanto componente da Constituição Federal de 1988, como um mecanismo com a premissa e o objetivo em assegurar os direitos individuais e coletivos dos homens, a sua liberdade religiosa de crença e pensamento, por viés legítimo.

### Considerações finais

A partir da pesquisa foi possível identificar os perfis religiosos autodeclarados e o processo de reconhecimento das diferentes identidades



religiosas no ambiente escolar. Como resultados parciais, os dados demonstraram que 60% dos sujeitos não sabem definir o conceito de laicidade; a ampla maioria é cristã e, por consequência, adota e respeita símbolos cristãos. Ao desmembrar esse número, identificamos que 49% se autodeclararam católicos, enquanto 31% se identificaram como protestante/evangélicos.

Tendo em vista as características e o perfil identificado, entendemos que, no ambiente escolar, ocorrem processos de violência, a partir do não reconhecimento das diferentes identidades religiosas. As respostas indicam que a escola é o local onde ocorre o maior número de casos, por isso, levantamos como hipótese que há uma invisibilidade das identidades religiosas não-cristãs nesses espaços.

Os estudos sobre religião no campo das ciências humanas e sociais é amplo, pois aborda vários aspectos por exemplo: diversidade religiosa, diferença cultural, representatividade política e seus direitos, tolerância e intolerância religiosa, coexistência religiosa dentro de uma sociedade democrática.

No entanto, a ausência de conhecimento dos sujeitos da pesquisa acerca do conceito de laicidade pode ser associada com os casos de intolerância no ambiente escolar. Por haver um desconhecimento das características do Estado laico brasileiro e um grupo majoritário cristão, esses fatores geraram uma realidade hostil às minorias de diferentes matrizes religiosas (islâmica, orientais, africana e afro-brasileira, judaica, budista, ateuista, hinduísta, satanista, espírita, agnóstica, outras).

Por último, destacamos que há necessidade de formação na Educação Básica (fundamental ou média) sobre os temas investigados, como forma de valorizar e reconhecer as diferentes identidades religiosas e romper com o processo que produz personalidades deterioradas (GOFFMAN, 1998), que podem ter adotado, como prática de cuidado e proteção, a negação da sua adesão religiosa frente à maioria cristã.

#### **Referências Bibliográficas:**

AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus van Der; BROD, Benno (org.). **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo**. 3º ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1989.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE)**. Censo Demográfico. Rio de Janeiro. 2010.

DOMINGOS, Marília de Franceschi Neto. Ensino Religioso e Estado Laico: uma lição de tolerância. **Revista de Estudos da Religião**. São Paulo: PUC-SP, set. 2009. pp. 45-70. Disponível em: [http://www.pucsp.br/rever/rv3\\_2009/t\\_domingos.pdf](http://www.pucsp.br/rever/rv3_2009/t_domingos.pdf). Acesso em 25 de outubro de 2017.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4º ed. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.

HOORNAERT, Eduardo (et. al.) A evangelização do Brasil durante a primeira época colonial: o padroado português. In: AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus van Der; BROD, Benno (org.). **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo**. 3º ed. Petrópolis: Vozes, 1983. Capítulo 2. pp. 160-182.

MARTINS, Patrícia Carla de Melo. Padroado régio no auge do império brasileiro. **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá: UEM: GTHRR-ANPUH, v. 2, n. 3, janeiro de 2011. pp. 01-15.

RANQUETAT JUNIOR, Cesar. Laicidade, laicismo e secularização: definindo e esclarecendo conceitos. **Revista Sociais e Humanas**. Santa Maria: UFSM, v. 1, n. 21, junho de 2008. pp. 01-14.

RODRIGUES, Elisa. Ensino religioso, tolerância e cidadania na escola pública. **Revista de Estudos e Pesquisa da Religião**. Juiz de Fora: UFJF, v. 1, n. 16, 2013. pp. 763-782.

SANTOS, Cesar Augusto dos (et. al.). A fundação da cidade no contexto do padroado, a mística e as estratégias evangelizadoras dos jesuítas. In: VILHENA,

Maria Angela; PASSOS, João Décio (org.). **A Igreja de São Paulo:** Presença católica na história da cidade. São Paulo: Paulinas, 2005. Capítulo 1. pp. 21-46.

VILHENA, Maria Angela; PASSOS, João Décio (org.). **A Igreja de São Paulo:** Presença católica na história da cidade. São Paulo: Paulinas, 2005.